

# ***A ECONOMIA NORMATIVA E O DIREITO ECONÔMICO***

---

**BENEDITO CABRAL DE MEDEIROS FILHO**

*Doutor em Ciência Social e Mestre em Economia pela EPGCS/USP, Advogado,  
Economista, Sociólogo e Matemático,*

*Professor Titular de Fundamentos de Economia Geral e Economia Política da  
Universidade Ibirapuera - UNIB, onde acumula as funções de Coordenador Geral dos  
Cursos de Pós-Graduação. Ocupa a cadeira de nº 15 da Academia Paulistana Maçônica  
de Letras.*

## ***PARTE I - INTRODUÇÃO***

De acordo com J. Petrelli Gastaldi, "Economia Política é a ciência que trata das leis que governam a produção, a circulação e o consumo das riquezas". É importante mencionar que as riquezas econômicas são representadas por bens e serviços que se encontram disponíveis na sociedade.

Os campos de atuação da Economia, em princípio, abrangem dois grandes segmentos da vida econômica:

- 1 - *Economia Positiva ou Natural*: que se preocupa com os fatos e fenômenos econômicos da forma como eles ocorrem, naturalmente, no dia-a-dia da sociedade. Consiste de duas atuações distintas, porém interligadas:

- a) Economia Descritiva: que cuida da observação sistemática da ação econômica. Identifica e descreve o seu comportamento; e
  - b) Teoria Econômica: que, à luz da Economia Descritiva, formula princípios, teorias, leis ou modelos que possam representar o comportamento da ação econômica e dos seus agentes (produtores, consumidores e o próprio governo).
- 2 - *Economia Normativa*: que, de forma institucionalizada, através de leis, normas ou regulamentos, estabelece como os fatos e as ações econômicas devem ser. Chama-se Política Econômica e a sua função primordial é aplicar os resultados, conclusões e desenvolvimento da Teoria Econômica, para a melhor condução da ação e dos fenômenos econômicos.

Quando a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Título VII - Da Ordem Econômica e Financeira -, no Capítulo I - Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica, nos Artigos 170 a 181, estabelece os princípios de como a Economia deve funcionar no Brasil, estamos diante de um exemplo concreto de Economia Normativa. O mesmo se pode dizer do conteúdo do Código Comercial, do Direito do Trabalho, da Legislação Fiscal e Tributária, dentre outras disposições econômicas atribuídas ao Estado.

Assim, como consequência do que foi exposto, o Estado, via Economia Normativa, estabelece como pretende que a Economia funcione em seu País na forma de Política Econômica.

## ***PARTE II - CONSIDERAÇÕES BÁSICAS DO DIREITO ECONÔMICO***

### **Direito Econômico Internacional:**

O Direito Econômico, tanto doméstico como internacional, emerge de um contexto da globalização da economia mundial. Cada Estado, nos seus interesses econômicos internos e externos, procura estabelecer parcerias, no âmbito das transações

econômicas internacionais que culminam num contexto de obrigações supranacionais que, no mínimo, obrigam os Estados a reverem seus procedimentos relativos às operações das atividades econômicas que executam, estabelecendo coerência em tudo o que faz no que diz respeito à Economia - "atividades humanas ligadas à produção, circulação, distribuição e consumo de bens e serviços".

Operar num mundo globalizado significa estar qualificado e competente para não só entender as relações econômicas internas como, também, estabelecer as condições mínimas de atuação internacional.

Ademir Buitoni, em "O Direito na Balança da Estabilização Econômica (do Cruzado ao Real)", diz que o Direito Econômico se trata, entre outras características, a de ser um ramo do Direito ainda não codificado.

Quanto ao Direito Econômico Internacional, João Bosco Leopoldino da Fonseca, em *Direito Econômico*, estabelece que *é o ramo do Direito Internacional que regulamenta, de um lado a instalação sobre o território dos Estados de diversos fatores de produção (pessoas e capitais) de proveniência estrangeira e, por outro lado, as transações internacionais relativas a bens, serviços e capitais.*

Nos dizeres de Leopoldino da Fonseca, *o Direito Econômico Internacional surgiu com a finalidade de estabelecer políticas econômicas que tenham por objetivo o aprimoramento constante do desenvolvimento econômico entre as diversas nações da comunidade mundial. Diante deste contexto, quando se fala em ordem econômica internacional, está implícito que deve existir o ordenamento dos atos e/ou fatos econômicos, representados pelo conjunto coerente de regras jurídicas bem como a atuação de pessoas ou empresas para a formação e concretização dessas normas ou regras. É o que se pode entender por Economia Normativa Internacional ou Direito Transnacional.*

O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - "General Agreement on Tariffs and Trade"- GATT, foi criado em 1948 com a finalidade de expandir o comércio internacional, reduzindo os

direitos alfandegários bem como regular as operações de trocas internacionais. O GATT constitui um bom exemplo de Direito Econômico. Foi extinto em 15/04/94, em Marrocos, dando lugar à Organização Mundial de Comércio - "WTO - World Trade Organization".

*A partir da Primeira Guerra Mundial, e mais fortemente a partir da Segunda, introduzem-se critérios que se aplicam também aos países antigamente colônias, conforme Fábio Nusdeo. Criou-se documentação internacional, representada por pactos ou acordos entre as Nações como, por exemplo, o Pacto da Sociedade das Nações e a Carta das Nações Unidas procurando desenvolver a cooperação entre as Nações e para lhes garantir paz e segurança.*

Em sessões plenárias da ONU - Organização das Nações Unidas, no ano de 1974, foram aprovadas a Declaração da Nova Ordem Econômica Internacional bem como a Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados. Destaque-se que essa Carta foi baseada nos 15 princípios de:

- a) soberania, integridade territorial e independência política dos Estados;
- b) igualdade soberana de todos os Estados;
- c) não agressão;
- d) não intervenção;
- e) benefício mútuo e eqüitativo;
- f) coexistência pacífica;
- g) igualdade de direitos e livre determinação dos povos;
- h) solução pacífica de controvérsias;
- i) reparação das injustiças existentes por império da força, que privem uma nação dos meios naturais necessários para seu desenvolvimento normal;
- j) cumprimento de boa-fé das obrigações internacionais;
- k) respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais;

- l) abstenção de todo intento de buscar hegemonia e esferas de influência;
- m) fomento da justiça social internacional;
- n) cooperação internacional para o desenvolvimento; e
- o) livre acesso ao mar e desde o mar para os países sem litoral dentro do marco dos princípios ora enunciados.

Tais princípios devem reger as relações econômicas, políticas e de outra índole entre os Estados no concerto das Nações. Ainda, parafraseando Nusdeo(7). *A expressão Comércio Internacional é hoje em dia tomada como sinônimo de Economia Internacional, muito embora a palavra comércio possa ter uma conotação mais mercantil, no sentido de dizer respeito a bens corpóreos ou produtos, sinteticamente: importação e exportação. ... Com o tempo, a expressão Comércio Exterior ou Internacional superou a conotação puramente mercantil, para englobar o mesmo tipo de operações visadas pela expressão Economia Internacional, aquela, talvez, mais vinculada ao enfoque jurídico; esta, ao prisma econômico.*

### **Direito Econômico Regional:**

"Outra tendência recente na economia mundial é a da proliferação de acordos regionais de comércio. Existem atualmente quase uma centena de tais acordos e entre eles se destacam: a União Européia, o NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), o Bloco do Yen e o MERCOSUL. Destes, o mais sofisticado é o acordo europeu, que uma moeda única para seus quinze membros a partir do ano 2000. O NAFTA é mais modesto em suas ambições, propondo implantar uma área de livre comércio entre EUA, Canadá e México até o ano 2008. O Bloco do Yen, envolvendo o Japão e seus vizinhos asiáticos, é um bloco informal onde as transações comerciais têm se expandido a taxas extremamente elevadas, em função do grande dinamismo do crescimento econômico daquela região. O MERCOSUL é um acordo que envolve Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai,

destinado a implantar até o ano 2006 um mercado comum entre estes países"(8).

### **Direito Econômico Doméstico:**

Cada Estado é autônomo e independente para estabelecer as leis, normas e regulamentos que governam as atividades humanas voltadas à produção, circulação, distribuição (repartição) e o consumo das riquezas econômicas (produtos, bens e serviços). Assim, o Estado ao estabelecer "como deve funcionar a economia", cria um conjunto de condições que constitui o que se denomina Economia Normativa ou Política Econômica adotada no país, como ações estratégicas para proporcionar a saúde das suas atividades econômicas.

Como conceito básico, "Economia Política é a ciência que trata das leis que governam a produção, a circulação e o consumo das riquezas"(1). Desta maneira, "de forma institucionalizada, estabelece como os fatos e as ações econômicas devem ser. Chama-se Política Econômica e sua função primordial é aplicar os resultados, conclusões e desenvolvimento da Teoria Econômica, para a melhor condução da ação e fenômenos econômicos. ... Como exemplos de Economia Normativa, no Brasil, podemos citar:

- Plano Real;
- a legislação fiscal e tributária do País;
- código Comercial;
- a Constituição Federal quanto ao Título VII - Da Ordem Econômica e Financeira (Artigos 170 a 181);
- direito do Trabalho; e
- código de Defesa do Consumidor, dentre outros"(2).

### **PARTE III - CONCLUSÕES:**

As decisões do país de integrar-se a um bloco econômico regional, ou pactos e acordos internacionais, traz, de imediato, as necessidades de:

- Cumprir as determinações fixadas no acordo econômico correspondente; e
- Revisar e adequar a sua economia normativa doméstica às novas condições supranacionais adotadas.

É preciso entender que o ramo emergente do Direito Econômico, na sua abrangência internacional, exige uma harmonia e integração entre as economias normativas interna e externa do País. Esta ação estratégica do Estado requer o cumprimento das regras elementares da Metodologia Científica, resumidas em: observar, analisar e concluir, procedendo às reformas que se fizerem necessárias para a perfeição do conjunto de direitos e obrigações a que passa patrocinar e pertencer.

### **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

BITTONI, Ademir. *O direito na balança da estabilização econômica (do Cruzado ao Real)*. São Paulo: LTr, 1997.

GASTALDI, José Petrelli. *Elementos de economia política*. São Paulo: Saraiva, 1992.

LEOPOLDINO DA FONSECA, João Bosco. *Direito econômico*. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

MEDEIROS FILHO, Benedito Cabral de. *Fundamentos de economia geral e economia política*. São Paulo: Éfeta, 1998.

*Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1999.

MONTORO FILHO, André Franco ... I et al I . *Manual de economia*. Equipe de Professores da USP, São Paulo: Saraiva, 1998.

NUSDEO, Fábio. *Curso de economia - Introdução ao direito econômico*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.